

Alferes Gamboa e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1869-1889¹

Ensign Gamboa and the Society for the Commemoration of the Empire's Independence, 1869-1889

Hendrik Kraay*

RESUMO

As festas da Independência brasileira promovidas pela Sociedade Comemorativa da Independência do Império no Rio de Janeiro revelam um significativo engajamento popular com o Estado imperial. O controle dessas celebrações pelo 'povo' da capital do Brasil aos poucos chegou a preocupar tanto membros da elite – perturbados diante do controle dos símbolos nacionais como a estátua equestre de d. Pedro I por patriotas populares – como republicanos que rejeitavam a monarquia, pois os patriotas populares demonstraram um monarquismo preocupante. Depois da morte do fundador e principal líder da Sociedade, em 1886, um grupo de homens estreitamente associado ao governo conservador tomou o seu controle e tentou impor celebrações convenientes e disciplinadas.

Palavras-chave: festas cívicas; Independência do Brasil; Império Brasileiro.

ABSTRACT

The celebrations of Brazilian independence promoted by the Society for the Commemoration of the Empire's Independence in Rio de Janeiro reveal a significant popular engagement with the imperial state. The control of these celebrations by members of the Brazilian capital's *povo* (common people) gradually came to preoccupy both members of the elite, disconcerted at the control of national symbols like the equestrian statue of Emperor Pedro I by popular patriots, and republicans who rejected the monarchy, since the popular patriots demonstrated a disturbing monarchism. After the death of the society's founder and driving force in 1886, a group of men closely associated with the conservative government took over the society and sought to impose their vision of appropriate, disciplined celebrations.

Keywords: Civic Rituals; Brazilian Independence; Brazilian Empire.

* Department of History, University of Calgary. 2500 University Dr. NW – Calgary, AB T2N 1N4 Canadá. kraay@ucalgary.ca

Em outubro de 1869, numa sala do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, fundou-se a Sociedade Comemorativa da Independência do Império. Os sócios fundadores elegeram como presidente o arquiteto Francisco Joaquim Betencourt da Silva, mas a figura central na organização da sociedade era um alferes reformado, Américo Rodrigues Gamboa, eleito tesoureiro.² A fundação dessa sociedade não era grande novidade. Desde meados da década de 1850, dezenas de sociedades dedicadas à comemoração do Sete de Setembro floresceram por períodos longos ou curtos na capital brasileira. Na segunda metade da década, essas sociedades foram responsáveis por um surto de festejos patrióticos nas ruas; música e poesia, fogos de artifício, iluminações e arquitetura efêmera faziam parte dos festejos populares da Independência, populares no sentido de não serem festejos oficiais, organizados pelo governo. Tais celebrações atraíram gente de “todas as classes”, como jornalistas relataram com frequência. A onda de festejos populares do Sete de Setembro recuou no início da década de 1860 e diminuiu ainda mais durante a Guerra do Paraguai.³ Com o fim da guerra à vista, Betencourt, Gamboa e seus companheiros patriotas sem dúvida pensavam em restaurar os antigos costumes patrióticos.

A sociedade escolheu a praça da Constituição (atual praça Tiradentes) para realizar sua primeira festa. A estátua equestre de d. Pedro I, inaugurada em 1862, dominava a praça, e essa homenagem ao homem que proclamara a Independência em 1822 tornou-a o lugar lógico para festejá-la. Para o dia 7 de setembro de 1870, a Sociedade anunciou que “subirão ao ar de hora em hora girândolas” desde meia-noite; “ao romper da aurora, cantar-se-á, por favor de alguns artistas, e acompanhado por bandas de música marciais ... o Hino da Independência. Duas bandas de música tocarão na referida praça das 6 horas da tarde à meia-noite”. A estátua do primeiro imperador, “de saudosa memória”, seria iluminada a gás durante a noite. De fato, a sociedade pagou a instalação da tubulação em torno da estátua e alugou oito grandes candelabros com os quais iluminou a estátua; depois os comprou. Aproveitando talvez as conexões de Gamboa nos meios militares, a sociedade conseguiu que um parque de artilharia fosse mandado salvar no Morro de Santo Antônio, nas mesmas horas em que as fortalezas e os navios de guerra dariam as salvas de costume. Bandeiras e flâmulas enfeitariam a estátua, e a sociedade convidou os moradores a decorarem as fachadas das suas casas com “bandeiras nacionais e colchas” e a iluminarem as janelas à noite. O *Jornal do Comércio* julgou a festa um grande sucesso.⁴

Essa foi uma típica comemoração popular da independência, pouco diferente das da década de 1850. Até 1885, as celebrações anuais da sociedade se-

guiam o mesmo padrão e tornaram-se um grande festival de rua, que atraía milhares de homens e mulheres, muitos dos quais passavam a noite de 6 para 7 de setembro na praça. De início acolhidas favoravelmente pela imprensa como manifestações do sentimento patriótico popular, as celebrações suscitavam apreciações cada vez mais desfavoráveis por causa das suas formas aparentemente antiquadas e ultrapassadas e por causa da predominância de participantes populares. A sociedade sobreviveu a uma tentativa de marginalizá-la em 1876-1877, mas depois da morte de Gamboa, no início de 1886, um grupo de homens estreitamente ligados ao governo tomou controle dela e impôs novas formas de comemorações aos patriotas populares.

A história da Sociedade Comemorativa da Independência do Império toca em vários temas importantes na historiografia do Rio de Janeiro. Ela destaca uma veia significativa de patriotismo entre o povo, cujos integrantes se identificavam o suficiente com o Estado imperial, a Independência e o símbolo do seu fundador para passarem uma noite festejando-os em torno da estátua equestre. Tal patriotismo já fora visto durante a mobilização para repelir as invasões paraguaias de 1864-1865 e durante a Questão Christie, do início da década.⁵ A reação aos sucessos da sociedade revela o desdém nutrido pela elite fluminense para com o povo, um desdém também visível na facilidade com que o governo liberal privou 90% dos votantes do seu direito de votar na reforma eleitoral de 1881.⁶ A atenção dada a d. Pedro I como fundador do Império não agradava aos muitos que rejeitavam a monarquia, mas é um indício de certo monarquismo popular entre a população miúda da cidade.⁷ Há muito pouco escrito sobre as festas cívicas do regime imperial, e a maior parte da literatura trata das primeiras décadas após a Independência.⁸ A história da Sociedade Comemorativa revela a continuação dessas práticas comemorativas, sua irradiação pela população urbana, e uma desconfiança por parte de muitos jornalistas e membros da elite perante esse patriotismo popular.

PRIMEIRAS COMEMORAÇÕES, 1870-1875

Depois do seu sucesso de 1870, a Sociedade Comemorativa estabeleceu-se como parte integral da comemoração da Independência na capital do Império. Suas celebrações seguiam o modelo desse ano e se tornavam cada vez mais elaboradas e concorridas. Alguns elementos das festas patrióticas lembravam as tradicionais festas populares e religiosas, e jornalistas comentavam favoravelmente, embora com um tom de condescendência, o que Carlos de Laet

chamou de “bastante poesia nesse costume do povo que se reúne em torno dos seus heróis de bronze para saudar o astro da liberdade”.⁹

Os anúncios da sociedade nos principais jornais fluminenses, com frequência encabeçados com uma pequena estampa da estátua equestre, revelam os acréscimos ao seu programa. Em 1871, a gerência do Teatro de São Pedro d’Alcântara cedeu o uso da sua varanda para os sócios e seus familiares assistirem à festa na noite de 6 para 7 de setembro. Salvas de artilharia saudaram a princesa-regente Isabel quando sua procissão passava pela praça a caminho ao largo do Paço (atual praça Quinze) para o Te Deum e o cortejo (a partir desse ano, ao que parece, a procissão imperial sempre fazia o curto desvio para a praça da Constituição ao entrar na cidade no dia 7 de setembro).¹⁰ Em 1872, a sociedade conseguiu uma guarda de honra composta de aprendizes do Arsenal de Guerra para a estátua na noite de 7 de setembro; sua perícia nas evoluções impressionou um observador em 1873. O Barão de Lorena (Estevão Ribeiro de Resende, o moço), que residia na praça da Constituição, numa casa que havia pertencido a José Bonifácio de Andrada e Silva, e que fazia parte do conselho da sociedade, abriu sua casa aos diretores e aos seus familiares em 1874. Ofereceu-lhes um “copo d’água” – um lanche, na linguagem da época – e trocaram vários brindes. Nesse ano, a sociedade levantou fundos suficientes para erigir dois “elegantes coretos” para as bandas.¹¹ Nesses relatos das primeiras comemorações não há nenhuma referência a Gamboa (ou a outrem) liderando a multidão em vivas depois do hino; tais vivas são mencionados com frequência nos relatos da década de 1880, e é de supor que aconteciam antes.¹²

De modo geral, a imprensa comentou favoravelmente as “modestas e alegres festas populares” promovidas pela Comemorativa; em 1872, um jornal declarou que a sociedade “portou-se com brilhantismo”.¹³ Os jornais também indicam que um “grande concurso de povo” assistiu à festa que, em 1874, “teve o poder de conservar fora das suas camas muitas pessoas que presenciaram o raiar sempre risonho de uma aurora tropical”.¹⁴ Não demorou para que as comemorações da sociedade se tornassem tradicionais. Já em 1872, o *Jornal do Comércio* escreveu que, “como sempre”, a sociedade “tomou parte bem ativa nos festejos públicos”. Em 1875, já eram tão conhecidas que os jornais principais simplesmente notaram a repetição do programa dos anos antecedentes.¹⁵

A sociedade lamentava com frequência seus poucos recursos e se esforçava para levantar fundos. Francisco Ferreira Rosa contou muito depois que, antes de cada dia 7 de setembro, Gamboa “andava com meninas vestidas de verde e amarelo” para pedir doações, prática semelhante à dos organizadores

das festas religiosas. Outro cronista descreveu uma menina, adornada de fitas amarelas e verdes, que segurava uma bolsa das mesmas cores, na qual o povo depositava seus níqueis. Em 1871 e 1882 acusações apontaram que o governou teria subvencionado secretamente o trabalho da sociedade.¹⁶ Ao mandar estacionar o parque de artilharia no Morro de Santo Antônio e designar bandas militares para tocar na praça, o governo também apoiava os patriotas.

Todos concordavam em que Gamboa era a alma da sociedade, posto que só se tenha tornado presidente depois dos festejos de 1871. Em 1875, *Mefistófeles* (um efêmero periódico ilustrado) agradeceu a Gamboa e observou que ele era, de fato, o único sócio que levava suas funções a sério. A maioria dos sócios se inscrevera a seu pedido e pagava suas mensalidades apenas casualmente. Mas o cronista não resistiu a dar uma alfinetada nas “calças largas” que Gamboa costumava usar, uma sugestão de que ele e as comemorações estavam fora de moda.¹⁷ Foi difícil preencher todas as vagas na diretoria; o *Almanque Laemmert* de 1873 indicou que três homens recusaram-se a servir de conselheiro. Apenas 37 homens compareceram à reunião do dia 29 de setembro de 1874 para eleger os mesmos diretores para 1875.¹⁸

Decerto, Gamboa não era uma figura proeminente. Assentou praça de segundo cadete de cavalaria em 1849; sem a educação formal cada vez mais exigida para ser promovido, ele serviu 11 anos antes de ser comissionado alferes. Problemas de saúde obrigaram-no a solicitar reforma no início da Guerra do Paraguai, mas conseguiu um emprego civil no Ministério da Guerra por alguns anos.¹⁹ Muito pouco se sabe dos outros 28 homens que serviram na diretoria entre 1870 e 1886 (essa cifra exclui conselheiros como Lorena, raramente mencionados e aparentemente pouco ativos na administração da sociedade).²⁰ Muitos dos diretores, como Gamboa, serviram por mais de um ano. Três deles ostentaram o título de doutor (mas nenhum deles consta entre os médicos no *Almanaque Laemmert*), e um declarou orgulhosamente ser bacharel. Seis desses homens (inclusive Gamboa) tinham patentes militares (dois capitães, um tenente, e três alferes), mas o capitão João Mariano de Jesus (primeiro secretário em 1882) era o comandante interino do corpo de bombeiros. Carlos Clementino Carvalhaes (primeiro secretário em 1873) era um tenente reformado de artilharia,²¹ e o alferes Wenceslau Vieira Armond (tesoureiro em 1881) deve ter sido reformado também, pois residia no Asilo dos Inválidos da Pátria, uma indicação da sua pobreza. O sócio mais proeminente era o Barão de Lorena, eleito um dos doze conselheiros em 1875, mas é possível que ele simplesmente julgasse útil participar de uma sociedade que festejava à sua porta. As poucas informações disponíveis sobre esses homens sugerem que a

Sociedade Comemorativa era, no máximo, uma associação do que pode ser considerada a classe média baixa.

A conexão da sociedade ao Liceu também indica vínculos à classe operária. Fundado em 1858, o Liceu oferecia educação gratuita nas artes e na sua aplicação aos ofícios e à indústria.²² Manuel Duarte Moreira de Azevedo descreveu o Liceu como “uma instituição popular, a escola das classes operárias [e] o colégio do povo”. Também qualificou o arquiteto Betencourt como um “filho do povo” que subira por causa dos seus méritos e talentos; ostentou seu hábito da Ordem da Rosa na sua “blusa de artista”. Posteriormente, Betencourt participou de organizações operárias, e o Liceu fornecia espaço para reuniões de muitas sociedades.²³ Outros não viam com bons olhos essa ligação entre a Sociedade Comemorativa e as classes operárias. Em 1882, Apulco de Castro fustigou “um fulano Possidônio” e outros “espertalhões, amigos do trabalho leve, mas que andam a se fingir operários”, que buscavam dinheiro do governo para festejar o Sete de Setembro na praça da Constituição e no Teatro São Pedro.²⁴

Os sócios da Comemorativa não só festejavam a Independência, também refletiam sobre o seu significado. Em outubro de 1872, Gamboa escreveu para Alexandre José de Mello Moraes para solicitar a doação de uma coleção da sua revista, *Brasil Histórico* (1864-1867), que não se encontrava mais nas livrarias, pois “por diversas vezes” durante as reuniões da sociedade houve discussões “calorosas em relação aos fatos de história do Brasil, máxime sobre a nossa emancipação política”. O historiador obsequiou Gamboa com três tomos da revista e o primeiro volume da sua *História do Brasil Reino e do Brasil Império* (1871); o segundo volume estava no prelo. Ele também explicou ao alferes que uma leitura cuidadosa do livro demonstraria que a estátua equestre “não pasará de um ornamento de jardim de triste recordação; porque Pedro I desmanchou com leviandade aquilo que os verdadeiros patriotas ... fizeram”. A estátua de José Bonifácio também devia ser “contemplada com indiferença”, pois não era um verdadeiro patriota.²⁵ O pedido de Gamboa é uma rara indicação de que os debates sobre a história repercutiam na sociedade. Que a Comemorativa não aceitava os conselhos do historiador e continuava a festejar em torno da estátua sugere que seus sócios tiravam suas próprias conclusões, conclusões que não agradavam a críticos da monarquia, como Mello Moraes.

Outro indício de inquietação diante do controle das festas patrióticas de rua pela sociedade aparece na obra do historiador Moreira de Azevedo. Em 1867, cinco anos depois da inauguração do monumento a d. Pedro I, ele lamentou que um parque com gradil houvesse sido construído em torno da

estátua. A praça devia ter sido mantida como espaço aberto para “as grandes reuniões populares ou para as pomposas solenidades da nação”. Na versão revisada do livro, publicada dez anos depois, ele cortou essas recomendações, embora, de fato, tais reuniões e festejos populares da Independência tivessem sido realizados desde 1870.²⁶

Tanto a recomendação arrogante de Mello Moraes como a omissão de Moreira de Azevedo indicam que, por razões diferentes, as festas patrióticas da Sociedade Comemorativa provocavam inquietações. Os que rejeitavam a monarquia condenavam o aparente monarquismo popular, ao passo que os simpatizantes do regime imperial tinham certa vergonha em ver que os patriotas mais entusiastas vinham do povo. Essas críticas se intensificariam na década seguinte.

CRÍTICAS, 1876-1885

Na mesma época em que Moreira de Azevedo estava revisando suas recomendações sobre o uso da praça da Constituição, a atitude da imprensa para com a Sociedade Comemorativa mudou sensivelmente. As avaliações antes favoráveis cediam espaço a observações mais críticas sobre as festas, agora consideradas antiquadas, dominadas pelo povo e indignas de um Rio de Janeiro civilizado. É impossível saber se essa mudança refletia uma mudança no perfil social dos participantes ou uma mudança de opinião da parte dos jornalistas; provavelmente houve um pouco de ambas as causas.

O primeiro indício da mudança de atitude para com a sociedade apareceu em 1876, na forma de uma tentativa de tirar o controle da festa das mãos dos homens de origem social modesta que formavam a sociedade. Gamboa e três outros diretores eleitos tiveram seus mandatos cassados no início do ano; uma nova diretoria sob o controle de Isidro Borges Monteiro organizou uma comemoração idêntica à dos anos antecedentes.²⁷ Monteiro era um desembargador honorário e fora o chefe de polícia da Corte na década de 1850, um indício de que sua presidência constitui iniciativa oficial. Se foi, fracassou. A nova diretoria permaneceu em seus postos para 1877, mas segundo a *Revista Ilustrada*, a “brava gente” preferiu “ouvir de cama os estourados do Morro de Santo Antônio”, uma indicação de que Monteiro não conseguiu inspirar entusiasmo. Em 1878, faltaram-lhes os meios para montar uma festa “com o necessário brilhantismo”. Gamboa, alguns dos seus amigos, e os moradores da vizinhança da praça da Constituição aproveitaram a brecha e organizaram as festas populares da Independência, mas o tempo chuvoso estorvou a comemo-

ração.²⁸ Que a sociedade deixou de publicar os nomes dos seus diretores nos *Almanaques* para 1878, 1879 e 1880 é outro indício das suas dificuldades.

Quando da cassação de Gamboa, fundou-se a Sociedade Independência para organizar festejos no largo de São Francisco, em torno da estátua de José Bonifácio. O presidente dessa sociedade, conselheiro dom Francisco Baltasar da Silveira, era desembargador do Supremo Tribunal da Justiça. Entre os outros diretores da sociedade se encontravam um médico, um tenente-coronel (provavelmente da Guarda Nacional) e o bibliotecário da cidade (Afonso Herculano de Lima). Tudo indica ser um grupo de homens de posição social mais alta que a das diretorias de Gamboa.²⁹ Além de mandar cantar o Hino da Independência à aurora por algumas senhoras (sócias da sociedade), pagou um Te Deum na Igreja da Santa Cruz dos Militares, depois do qual libertou cinco escravos (algo que a Comemorativa nunca fez). Durante três noites, a Independência ofereceu música (bandas da Marinha) e iluminações no largo. Fez a mesma comemoração em 1877, libertando apenas três escravos.³⁰

O cronista do *Jornal do Comércio* julgou a Independência melhor que a Comemorativa, pois esta “não tem vivido senão girandolando e erguendo co-retos” enquanto aquela “desde o primeiro dia que aparece produz o bem, enxuga lágrimas, [e] quebra os ferros do cativo”. O *Diário do Rio de Janeiro* relatou em 1876 que o dia havia sido “mais festejado do que nos anos anteriores”, graças aos esforços da nova sociedade, e Machado de Assis esperava que a concorrência entre ela e a Comemorativa estimulasse maiores festas no futuro. A Independência, porém, desapareceu depois de 1877, deixando Gamboa e sua sociedade como os únicos organizadores de festejos populares no Sete de Setembro.³¹

Não se sabe o que estava por trás desses esforços de alijar Gamboa e de criar uma sociedade concorrente. Até então a cobertura da imprensa havia sido geralmente favorável, embora houvesse indícios de críticas que seriam desenvolvidas posteriormente. Talvez houvesse uma conexão com a política partidária, pois esses esforços ocorreram nos últimos anos do ministério conservador do Duque de Caxias (junho de 1875 a janeiro de 1878). O novo gabinete liberal de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu (janeiro de 1878 a março de 1880) e os seus sucessores deixaram Gamboa e seus companheiros patriotas livres para organizar as festas que queriam. Como veremos, novas tentativas de controlá-los surgiriam somente depois da volta dos conservadores ao poder, em 1885.

Seja como for, Gamboa sobreviveu à tentativa de marginalizá-lo, reorganizou a Comemorativa e voltou a promover festas populares semelhantes às

do início da década de 1870. Agora, todavia, tinha de enfrentar cada vez mais comentários críticos sobre as suas festas, embora fossem tão conhecidas que o primeiro guia turístico do Rio de Janeiro incluiu sua descrição pormenorizada.³² O *Domingo* lamentou em 1878 que a cidade “ilustrada” celebrava a Independência tão “caricatamente”. Em 1879 Laet sugeriu que os partidos políticos podiam aprender alguma coisa da escrupulosidade com que a sociedade seguiu seu programa; parecia “coisa feita por máquina”.³³ Mas tal regularidade virou rapidamente monotonia. Em 1881, um dos cronistas da *Revista Ilustrada* se perguntou por que “as comissões de festejos têm senão um programa comemorativo: luminárias nos dois largos ... e música de pancadaria”. O cronista da *Gazeta de Notícias* foi mais longe, admirando a “inalterável maneira por que se repete” o programa festivo. Os mesmos homens organizavam a mesma festa, ano após ano, e sempre chovia. Se não fossem as salvas de artilharia, o povo dormiria tranquilamente sem se lembrar do dia.³⁴

Dois anos depois, Ângelo Agostini satirizou gentilmente as comemorações, principalmente as pequenas fortalezas de madeira (os coretos) com canhões de papelão e soldados de carne e osso que as guarneciam durante o dia. Grupos de homens, representando a “brava gente brasileira”, se aglomeravam na praça, mas com sua atitude pacífica “nada tinham de bravos” (Figura 1). Na direita da charge, “uma espécie de Otávio Hudson andava a recitar umas patriotadas em verso, falando em terra da Santa Cruz!”.³⁵ No ano antecedente, quando “uma multidão de povo aglomerava-se na praça da Constituição” desde o final da tarde do dia 6 de setembro, um observador declarou que a celebração era “cada vez mais grotesca”, ainda mais que verdadeiros soldados – talvez mesmo veteranos da Guerra do Paraguai – guarneciam as falsas fortalezas.³⁶ O cronista da *Gazeta de Notícias* julgou que as fortalezas e o parque de artilharia faziam o papel de sitiadores da estátua equestre. D. Pedro I teria que decidir, mais uma vez, se declararia “Fico!”, como fizera no dia 9 de janeiro de 1822, ou se fugiria pela rua Leopoldina, o único caminho aberto. Laet resmungou da “falta da imaginação” dos organizadores e imaginou o aborrecimento do primeiro imperador diante das “clássicas solenidades do grande dia nacional”. Koseritz atribuiu uma mistura de tristeza e desdém a d. Pedro I, que assistia tudo do seu pedestal. Outro cronista comentou que os patriotas que cantaram o Hino da Independência “executaram-no”, pois sua “boa intenção está na razão inversa dos dotes artísticos que possuem”.³⁷

Figura 1 – Os festejos da Sociedade Comemorativa da Independência do Império, 1883.



Fonte: *Revista Illustrada*, 15 set. 1883.

Nesses comentários críticos há alguns detalhes sobre os indivíduos envolvidos. Já notamos as calças largas de Gamboa e sua carreira militar sem distinção. Depois de sua morte, um cronista o chamou de “alferes que nunca chegou a tenente” e comentou que nem sequer fora condecorado com o hábito de cavaleiro da Ordem da Rosa, a condecoração mais baixa do Império.³⁸ Otávio Hudson, o vate da Figura 1, é considerado o primeiro poeta proletário brasileiro. Começou sua carreira como tipógrafo e aos poucos se tornou jornalista, poeta, militante operário e defensor da educação popular, embora não abandonasse seu ofício.³⁹ Antônio José Nunes Garcia, um poeta com poucos dotes artísticos que produzia versos patrióticos para festas cívicas desde a década de 1850, também frequentava as festas. Com o pescoço envolto num *cache-nez* de lã contra o frio da madrugada, sempre estava com uns papéis coloridos impressos à mão, que dizia serem “versos”, lembrou um cronista.⁴⁰

Todos concordavam em que muita gente passava a noite na praça. Laet calculou em 1879 que 3 a 4 mil pessoas estariam lá de madrugada, mas como ele não queria pegar uma bronquite, ficaria em casa. O cônsul dos Estados Unidos comentou que, em 1884, “o Parque da Constituição” estava “atopetado de gente durante toda a noite”. Koseritz falou de uma “formidável massa humana” em 1883.⁴¹ A não ser que o tempo fosse chuvoso, os festejos populares da Independência atraíam muitas pessoas.

Os jornalistas invariavelmente observavam que os que passavam a noite na praça faziam parte do “povo”,⁴² uma categoria social indefinida mas altamente significativa, usada para distinguir a maioria da população livre, pobre

e de cor da pequena elite letrada, culta e detentora do poder político e econômico. Um velho observador das mudanças sociais comentou em 1877 que ninguém (da sua classe, bem entendido) mais saía para visitar “luminárias”, e descreveu a Sociedade Comemorativa como um grupo que lutava para manter vivos os costumes que estavam desaparecendo. Numa matéria reveladora de 1884, a *Gazeta de Notícias* contrastou o “povo” que se aglomerava em torno da estátua com a “mocidade” que passava a noite “dançando alegremente” aos sons de música carnavalesca nos clubes localizados na vizinhança da praça da Constituição.⁴³ No ano seguinte, uma charge d’*O Mequetrefe* destacou igualmente a origem social baixa e a diversidade racial dos que festejavam na praça (Figura 2). Uma das primeiras memórias da infância do folclorista Luiz Edmundo (1878-1961), filho de um professor da rede pública, era de ir da sua casa em Botafogo “ao centro da cidade gozar as luminárias” nos dias de festividade nacional, memória que ele datava de 1883 ou 1884. Além das despesas com a passagem de bonde, isso foi uma diversão barata para a família de um mal-remunerado empregado público, mas ele não mencionou a praça da Constituição, que, segundo Koseritz, se destacava do resto da cidade como um “rio de luz” derramada por “milhares de bicos de gás”.⁴⁴

Figura 2 – O Povo nas Comemorações do Sete de Setembro, 1885.



Fonte: *O Mequetrefe*, 10 set. 1885.

Koseritz, que julgava a festa “mais grotesca do que grandiosa”, perguntou-se por que a “formidável massa humana” se juntava em torno da estátua equestre na noite de 7 de setembro de 1883, pois não havia “absolutamente nada” para fazer, a não ser ouvir as bandas que tocavam nos dois fortes. Outros concordaram. Num diálogo entre dois cunhados ficcionais publicado no *Distração*, um declarou que, embora fosse brasileiro, “não tenho obrigação de ser tão lorpa que vá perder uma noite inteira para ir ao Rocio ouvir meia dúzia de idiotas berrarem uma coisa muito insossa, que os papalvos chamam *hino da independência* ... Essas patacoadas já não são mais para este tempo. Agora estamos no século das luzes! Ninguém mais vive de cantigas”.⁴⁵

Depois da morte de Gamboa, “Marcos Valente”, cronista d’*A Semana*, declarou que ninguém foi à praça para ver as velhas decorações, ouvir o hino, paquerar, “endefluxar-se, matar o bicho, [e] aliviar os bolsos do próximo”, indícios do que acontecia lá. Laet fez uma alusão à prostituição e, na mesma crônica, criticou os “ingênuos admiradores das bandeiras e dos fogos de artifício” que enchiam a praça.⁴⁶ Isso tudo acontecia em qualquer festa popular, mas é notável a ausência de referências às danças que haviam sido tão importantes em outras festas populares como as do Divino Espírito Santo e do carnaval. Também não há nenhuma referência à construção de tendas para a venda de comes e bebes (se bem que Laet mencionasse duas velhas quitandei-ras com bolo e pão doce em 1876, e outro cronista posteriormente se lembrasse dos vendedores ambulantes de empadas e de sorvetes).⁴⁷ Provavelmente havia um número suficiente de botequins e outras lojas na vizinhança da praça para as necessidades do público. A capoeira é outra notável ausência nos relatos da imprensa. Embora cronistas posteriores lembrassem que, “no tempo do finado Gamboa”, “não raro ... um cidadão pacato e inofensivo” fosse agredido por capoeiras durante os festejos populares, não há nenhum relato contemporâneo disso, apenas alguns indícios de prisões de capoeiras na praça da Constituição.⁴⁸

Ao lado dos que criticavam as festas da Comemorativa como antiquadas e indignas de um Rio de Janeiro civilizado, os autoproclamados revolucionários também as rejeitavam. Depois de descrever a “pompa faraônica” do Sete de Setembro de 1882, *A Revolução* recomendou que “todo o brasileiro inflamável fosse ali para a praia pôr-se de cócoras e esvurmasse do ventre a sua dose de independência sobre a areia reluzente”. A verdadeira independência não se comemorava com tal pompa, mas com a construção de escolas e fábricas, explicou o pasquim.⁴⁹ Um certo Oscar de Castro lamentou em 1885 que o

povo celebrava “uma monarquia que tem a coroa feita de ouro, mas proveniente do tráfico [de escravos]”. No ano seguinte, *O Farol*, o periódico que publicou o texto de Castro, comparou os que festejavam na praça aos escravos cujo senhor lhes concedia “o direito de [se] divertirem tocando o bатуque e, quando enfasiado dos prazeres desses miseráveis boçais, ordena o feitor que os mande recolher às senzalas, para [que] amanhã estejam mais dispostas a trabalhar”.⁵⁰ Outros críticos lamentaram que o povo não reconhecesse os limites da independência proclamada em 1822, da mesma maneira que Mello Moraes castigava Gamboa por festejar d. Pedro I. Um poeta que escrevia num periódico estudantil condenou os “vis escravos” que não reconheciam a importância de Tiradentes, o símbolo republicano.⁵¹ Veriano Fontino, o autor de um panfleto de 1877 que bateu na mesma tecla, fustigou o “miserável povo” que rodeava a estátua, “uma prova do *poder e da tirania imperial*”.⁵²

A morte de Gamboa no início de 1886 e a ausência de comemorações populares da Independência decorrente disso provocaram uma onda de reminiscências, nas quais os jornalistas recuaram das suas críticas anteriores. Gamboa fora “o despercebido cofre em que todos [nós] depositávamos os nossos estes patrióticos”, explicou o cronista da *Gazeta de Notícias*: “Fiel ao seu compromisso, o Alferes Gamboa morreu guardando consigo o precioso depósito; daí o sete de setembro taciturno, merencório e desusado que tivemos”.⁵³ Ainda com certa má vontade, Laet também elogiou o entusiasmo do alferes pelas festas da Independência.⁵⁴ Todos os jornalistas concordaram em que, sem ele, não podia haver festas do Sete de Setembro na praça, algo que viam com ambivalência. Não ter nenhuma comemoração era pior do que as festas antiquadas do alferes.⁵⁵ O jornal radical *Carbonário*, muito satisfeito, julgou que o povo havia finalmente apreendido “que a independência do Ipiranga nada mais fora do que o abafamento da ebulição republicana que fermentava nas províncias livres”.⁵⁶

A NOVA SOCIEDADE, 1887-1889

Em 1887, a Sociedade Comemorativa da Independência do Império reapareceu sob uma nova diretoria chefiada pelo senador Manoel Francisco Correia. Organizou comemorações da Independência muito semelhantes às da época de Gamboa, com coretos na praça da Constituição, música e fogos de artifício à noite, o canto do hino da Independência na madrugada – agora por estudantes de música e membros da sociedade – seguido por vivas e uma procissão até a estátua de José Bonifácio para repetir o hino e os vivas. Por causa

da construção de uma nova rua ao lado do morro de Santo Antônio, não foi mais possível estacionar um parque de artilharia nele e, portanto, as salvas foram feitas em frente ao quartel geral no Campo de Santana. Fogos de artifício foram lançados do alto do morro. No final da tarde do dia 7, a sociedade patrocinou um desfile de estudantes e, à noite, realizou-se uma solenidade no paço municipal. Nas noites dos dias 7 e 8, a sociedade oferecia música e fogos de artifício para distrair o povo.⁵⁷

A sociedade promoveu um programa quase idêntico em 1888,⁵⁸ mas todos reconheciam que já não era a Comemorativa de Gamboa. O *Diário de Notícias* declarou em 1887 que “o tradicional anjinho vestido de verde e amarelo” – a antiga sociedade – “cedeu o passo aos elegantes representantes do *grand-monde* fluminense”, ou, segundo o cronista do *Jornal do Comércio* no ano seguinte, “cidadãos de elevada posição social”.⁵⁹ Na sua palestra na solenidade de 1887, o educador Joaquim Abílio Borges declarou que o fim da sociedade era restaurar o havia muito diminuído entusiasmo pelas festas do Sete de Setembro, uma brusca rejeição de tudo que Gamboa fizera.⁶⁰ Em 1888, o cronista da *Gazeta de Notícias* declarou que os esforços da sociedade indicaram “o desejo das classes dirigentes de promoverem os meios de despertar no povo o sentimento da nacionalidade e de em seus corações fazer revigorar – se não nascer – o amor à pátria”.⁶¹

A liderança da nova Comemorativa veio de uma classe de homens (e mulheres) bem diferente da época de Gamboa.⁶² O novo presidente, Correia, senador pelo Paraná desde 1877, havia servido de ministro de Negócios Estrangeiros no gabinete conservador do Visconde de Rio Branco. O vice-presidente, Francisco Augusto de Almeida, era um homeopata proeminente que se formara na Universidade de Pensilvânia. Não tenho informações sobre os outros cinco homens que serviam na diretoria em 1887 e 1888, mas havia conexões ao Partido Conservador (de volta ao poder desde agosto de 1885) na comissão encarregada de organizar os festejos. Ela incluía o senador Domingos José Nogueira Jaguaribe, colega de gabinete de Correia em 1871 (nomeado Visconde de Jaguaribe em 1888), e o negociante e futuro senador Manoel José Soares, antigo militante conservador.⁶³ O terceiro integrante dessa comissão chave foi o segundo Barão de Ipanema, José Antônio Moreira Filho. Os vinte conselheiros formaram um grupo misto. Incluía o poeta Garcia e o arquiteto Betencourt da Silva. Esses relegados da época de Gamboa desapareceram da diretoria em 1888, a qual agora incluía dez senhoras, talvez professoras.⁶⁴ As funções da sociedade não eram inteiramente restritas a conservadores, e o orador oficial na solenidade de 1888 foi o Visconde de Ouro Preto, um liberal

que seria o último presidente do conselho de ministros do Império. Na sua palestra, ele lembrou a importância de melhorar o sistema educacional como complemento à Abolição.⁶⁵

O interesse pedagógico da nova sociedade também se manifestou através da promoção de procissões de alunos e alunas. Em 1887, a Câmara Municipal se recusou a ordenar a participação das escolas municipais, mas os colégios particulares Abílio (cujo dono era Joaquim Abílio Borges) e Menezes Vieira mandaram seus alunos. Os do Abílio, uniformizados e arregimentados, portando espingardas e baionetas de madeira, deixaram uma boa impressão por causa da sua disciplina e do seu porte marcial. Seguravam estandartes com os nomes de Tiradentes e Padre Roma (os mártires de 1789 e 1817) e de patriarcas da Independência como José Bonifácio e seus irmãos, José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo (uma mistura de heróis republicanos e tradicionais figuras monarquistas). Os alunos do Menezes Vieira trajavam seus “uniformes das classes de ginástica” com um “cinto com as cores nacionais”. Seis outras escolas participaram, e a imprensa esperava que houvesse mais participação no futuro.⁶⁶

Efetivamente, em 1888, um grande número de escolas municipais se juntou ao desfile, do qual tanto meninas como meninos participaram. Houve uma grande assistência, sem dúvida composta por muitos pais orgulhosos. A perícia ginástica dos meninos do Colégio Ítalo-Brasileiro impressionou a todos.⁶⁷ A justificativa para essas paradas apareceu nos comentários sobre a Festa das Crianças em comemoração à Abolição. Realizada no dia 10 de julho de 1888, essa procissão teve a participação de mais de 2 mil alunos de 28 escolas municipais (quase um quarto dos 9.022 crianças matriculadas nas 94 escolas municipais); terminou no Imperial Teatro D. Pedro II onde, na presença da princesa Isabel, os meninos cantaram hinos, recitaram poesias e tocaram músicas. O *Diário de Notícias* explicou que essas “festas infantis, tão generalizadas na Europa”, promoviam o patriotismo e “acostuma-os, futuros cidadãos, à sociedade, torna-os mais aptos para a vida social, e arregimentados, como estão, grava-lhes a noção de que em todos os acontecimentos, em todos os atos da vida, mister se faz a ordem”.⁶⁸ Esses desfiles podem ser considerados os primeiros passos no longo caminho que levaria aos excessos do canto orfeônico e das grandes paradas escolares do Estado Novo.⁶⁹

A nova Comemorativa dispunha de mais recursos do que a pobre sociedade da época de Gamboa. Em 1888, adquiriu um estandarte de seda verde para seus desfiles. Ostentava imagens da estátua equestre, o Cruzeiro do Sul e um anjo da liberdade que segurava “os grilhões quebrados da nação livre” e

punha “uma coroa sobre a Augusta fronte de d. Pedro I”.⁷⁰ Em 1887 e 1888 a sociedade publicou uma revista (um panfleto) para divulgar suas atividades, na qual também transcreveu a cobertura favorável da imprensa. Ambos os números da revista incluíram longos agradecimentos a indivíduos e empresas que coadjuvaram as festas com doações. Em ambos os anos, o Banco Mercantil alugou o Teatro São Pedro para a sociedade, e as empresas de bonde transportaram os alunos de graça.⁷¹ Grande número de “senhoras e senhores” e “grande número de distintas famílias e cavaleiros de elevada posição social” assistiram à solenidade nos dois anos.⁷² Em 1887, o orador oficial, Borges, falou por uma hora sobre “os fatos importantes da história desta nação, para a qual a Providência Divina reserva um brilhante futuro”.⁷³

Enquanto a fina flor da sociedade fluminense enchia o paço municipal em 1887, “a extraordinária afluência de povo” nas ruas do centro garantia que o dia fosse “verdadeiramente festivo”.⁷⁴ Como na época de Gamboa, o povo começou a chegar de madrugada, e a praça logo estava tão cheia que era difícil andar por ela.⁷⁵ Alguns repetiram essas avaliações em 1888, mas outros tinham uma visão mais crítica.⁷⁶ Escrevendo para o *Diário de Minas*, Raul Pompeia relatou ter visto apenas um “pequeno número de curiosos” de madrugada e julgou que “a cidade está ausente de alegria nacional”. Da mesma forma, um cronista do *Diário de Notícias* percebeu apenas “frieza” e “indiferentismo”. Ademais, argumentou que a última verdadeira “festa popular” de Sete de Setembro fora realizada em 1848, quando o nativismo antiportuguês e os esforços dos exaltados para ganhar as eleições municipais levaram à violência.⁷⁷ Que esses republicanos rejeitassem os festejos populares e lembrassem as últimas grandes manifestações exaltadas de rua num dia de festividade nacional é consistente tanto com sua rejeição da monarquia como com sua evolução do liberalismo radical.

Um novo modelo para os coretos provocou muita discussão em 1888. Ao invés dos tradicionais fortes, a sociedade construiu dois pavilhões octogonais, apoiados por dezesseis colunas, de dentro dos quais retratos iluminados dos imperadores olhavam para a estátua, rodeados por pequenos escudos com as datas importantes de cada reinado.⁷⁸ Tal manifestação de arquitetura efêmera, tão comum poucas décadas antes, agora parecia completamente antiquada. Um cronista recomendou que a polícia proibisse essas “vergonhosas manifestações de mau gosto”, e outro julgou o retrato de d. Pedro II tão malfeito que ele parecia estar padecendo “uma nevralgia que lhe inflamava toda a face e descompunha-lhe as feições com a expressão de dor que o tornava digno de lástima”.⁷⁹

A última comemoração do Sete de Setembro no Império foi realizada sob os auspícios do novo governo liberal do Visconde de Ouro Preto. A Sociedade Comemorativa pôs mãos à obra e enfeitou a praça da Constituição. Uma grande multidão se achava lá para ouvir cinco bandas militares tocarem o hino à aurora. A maioria dos jornais concordou com essa avaliação do *Jornal do Comércio*.⁸⁰ O jornal republicano de Rui Barbosa, o *Diário de Notícias*, julgou a praça deserta e percebeu pouco entusiasmo. O outro órgão republicano, *Novidades*, admitiu uma “feição alegre” nas ruas, mas julgou tudo uma “fanfreluche”.⁸¹

A Sociedade Comemorativa, tão estreitamente ligada aos conservadores em 1887 e 1888, pode ter sofrido algumas mudanças no intervalo entre a indicação de Ouro Preto para a presidência do conselho dos ministros em junho e o dia da Independência. A imprensa não fez nenhuma referência à liderança da sociedade. O príncipe Pedro Augusto presidiu a solenidade e fez sua primeira palestra pública, na qual resumiu a história do país e “saudou o futuro brilhante que está reservado ao Brasil”. O deputado Afonso Celso Jr., filho do presidente do conselho dos ministros, orou sobre a história pacífica do Brasil e sua capacidade para realizar grandes feitos como a Independência e a Abolição sem grandes conflitos.⁸² Com certa má vontade, *Novidades* reconheceu que o príncipe havia feito uma estreia bem sucedida, mas um semanário republicano julgou sua participação ridícula e condenou sua fraca compreensão da história brasileira, seu respeito ingênuo para com seus progenitores, e julgou toda a solenidade um grande fiasco.⁸³ Havia algum tempo, o príncipe, filho mais velho da princesa Leopoldina, criado no Brasil desde a morte de sua mãe, conspirava a substituição da sua tia como herdeira ao trono, e sua participação pode ter sido um esforço para melhorar sua imagem.⁸⁴ A já tradicional parada estudantil foi elogiada por muitos.⁸⁵

Dez semanas depois foi proclamada a República, e a Sociedade Comemorativa da Independência do Império desapareceu. Os primeiros governos republicanos investiram muito mais na comemoração do Quinze de Novembro do que do Sete de Setembro, e os poucos monarquistas confessos contrastaram as comemorações militarizadas do primeiro aniversário do novo regime com as “festas populares” da monarquia.⁸⁶ Essa observação ignorava completamente as muitas críticas à Sociedade Comemorativa e os esforços para controlar os festejos populares que começaram em 1887.

A história da Sociedade Comemorativa toca em várias questões importantes na sociedade e na política imperial, entre elas a da popularidade da monarquia, a da natureza do relacionamento popular com o Estado imperial

e a das preocupações com o povo. Que milhares de pessoas participavam das festas patrióticas em torno da estátua de d. Pedro I sugere certo monarquismo popular, como também o fato de que comemoravam a independência do Império. À medida que as festas da sociedade se tornavam mais populares, mais dominadas pelo povo, suscitavam mais comentários críticos da imprensa. Embora por razões diferentes, o controle da Comemorativa sobre os festejos populares da Independência preocupava a muitos.

Há certa ironia nas críticas à sociedade de Gamboa e um paralelo com os processos culturais identificados por Maria Clementina Pereira da Cunha no carnaval carioca. Ela sustenta que as sociedades carnavalescas populares fundadas no final do século XIX refletiam o sucesso do projeto pedagógico das sociedades carnavalescas fundadas a partir da década de 1850. Os populares emulavam as formas das ditas “grandes sociedades”, mas quando as novas sociedades, com seus ritmos afro-brasileiros, pareciam sufocar o carnaval europeu e civilizado idealizado pela elite, começavam a sofrer críticas.⁸⁷ Gamboa e os patriotas populares haviam aprendido muito bem as lições de civismo da década de 1850, quando a retórica do Sete de Setembro destacava o papel de d. Pedro I na proclamação da Independência, quando a campanha para erigir a estátua equestre prosseguia a todo vapor e quando os festejos das sociedades patrióticas atraíam gente de todas as classes (inclusive a família imperial, que costumava visitar as iluminações à noite). Na década de 1880, todavia, a aceitação acrítica da mensagem da estátua era rara, e os patriotas populares pareciam antiquados e ingênuos para muitos, e completamente errados aos olhos dos que rejeitaram o regime imperial.

Os envolvidos na Sociedade Comemorativa de 1887 a 1889 não podiam aceitar esse patriotismo popular e independente e se esforçaram para instituir um sentimento nacional convenientemente disciplinado através de desfiles escolares e através de comemorações públicas sob seu controle. A Abolição, é claro, foi um contexto importante, e a nova organização da sociedade faz parte das preocupações com o povo também manifestadas nos esforços para controlar a vadiagem ou para reprimir a capoeira, os quais também tiveram lugar nessa época, se bem que esses acontecessem principalmente depois da proclamação da República.⁸⁸

Analisar a história da Sociedade Comemorativa é também uma maneira de abordar a velha questão da popularidade do regime imperial. Embora muitos tenham argumentado que a monarquia gozava de grande popularidade nos seus últimos anos, Ronaldo Pereira de Jesus tem argumentado recentemente que a visão popular predominante era de “indiferença” para com o regime,

pontuada por irrupções de violência como a Revolta do Vintém de 1880 e por apelos pragmáticos individuais ou coletivos ao monarca.⁸⁹ Em contraste, Lilia Moritz Schwarcz e Martha Abreu percebem uma relação recíproca entre a imagem oficial da monarquia e sua recepção e compreensão através das festas populares. Elas sustentam que o abandono de grande parte do aparato da realeza e as mudanças culturais que contribuíam para o declínio dos festejos populares minavam o regime aos olhos da população.⁹⁰ As fontes deixadas pela Sociedade Comemorativa não permitem uma análise tão funda da consciência popular, mas é certo que os patriotas que comemoravam a Independência na Praça da Constituição tinham sua própria visão da Independência, das origens da nação, e das maneiras adequadas para celebrar a fundação do Império. Não eram indiferentes para com a monarquia.

NOTAS

¹ As seguintes abreviaturas são usadas nas notas: AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro) e RSCII (*Revista da Sociedade Comemorativa da Independência do Império*). Agradeço o apoio financeiro da Social Sciences and Humanities Research Council (Canadá) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

² MELLO MORAES, Alexandre José de. *Festas e tradições populares no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1946, p.151.

³ KRAAY, Hendrik. 'Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade': comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. *Topoi*, v.8, n.14, p.9-36, 2007.

⁴ *Jornal do Commercio*, 6 set. 1870. Sobre a instalação da luz a gás, ver os requerimentos da Sociedade Comemorativa da Independência do Império à Câmara, 5 ago. 1870, AGCRJ, 43-3-64, fol. 22; e 18 ago. 1870, AGCRJ, 43-1-64, fol. 28; Gerente, Rio de Janeiro Gas Company, à Câmara, 18 ago. 1870, AGCRJ, 43-3-64, fol. 23. Para uma referência à compra dos candelabros, ver Gamboa à Câmara, Rio de Janeiro, 18 jan. 1873, AGCRJ, 43-3-68, fol. 2. Para a avaliação favorável, ver "Sete de Setembro". *Jornal do Commercio*, 8 set. 1870.

⁵ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África, o príncipe do povo*: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.38-44.

⁶ GRAHAM, Richard. *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1990, p.182-206.

⁷ Sobre a rejeição do Império, ver MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida*: cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Anpuh, 2007.

⁸ CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais*: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845). Bragança Paulista: Edusf/CDAPH, 2002; BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *Festas cívicas na Corte regencial*. *Varia História*, v.22, n.36, p.494-516, 2006; KRAAY, Hendrik.

Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: festas cívicas depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco Antônio; DOYLE, Dan (Org.). *Nacionalismo nas Américas*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.329-354.

⁹ C[arlos] de L[aet]. “Folhetim”. *Diario do Rio de Janeiro*, 9-10 set. 1876.

¹⁰ “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 6 set. 1871; “Sete de Setembro”. *Jornal da Tarde*, 5 set. 1871; “Festejos”. *Jornal da Tarde*, 6 set. 1871. Em setembro de 1871 d. Pedro II estava na Europa.

¹¹ “Dia 7 de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 4 set. 1872; “Noticias locais”. *A Nação*, 9 set. 1873; *Jornal do Commercio*, 6 set. 1874; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1874. A casa de José Bonifácio ficava na esquina da atual avenida Passos com a praça Tiradentes. Ver: COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 1965, p.89.

¹² “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1883; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1885; “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 9 set. 1888.

¹³ “Sete de setembro”. *Jornal do Commercio*, 8-9 set. 1871; “Anniversario da Independencia”. *Correio do Brazil*, 9 set. 1872.

¹⁴ “Folhetim”. *Diario do Rio de Janeiro*, 13 set. 1874; “Festejos”. *A Nação*, 8 set. 1872. Ver também: *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1875; e “Chronica”. *Vida Fluminense*, 12 set. 1874.

¹⁵ *Jornal do Commercio*, 8-9 set. 1872; “Sociedade Commemorativa da Independencia do Imperio”. *Jornal do Commercio*, 6 set. 1875. Ver também: “Sete de Setembro”. *Diario do Rio de Janeiro*, 8 set. 1875.

¹⁶ *Diario de Noticias*, 5 set. 1872; *Jornal do Commercio*, 6 set. 1873; FERREIRA DA ROSA, [Francisco]. “Memorial de [sic] Rio de Janeiro: personagens – fatos – narrativa de acontecimentos – vida e progresso da cidade em meio século (1878-1928)”. *Arquivo do Distrito Federal*, v.2, p.88 (1951); FERREIRA DA ROSA, [Francisco]. *Chronica antiga*. In: _____. *Prosa sadia (pequeno extrato de uma antiga coleção de escritos)*. 9v. Rio de Janeiro: Gráfica Sauer, 1936-1946, v.6, p.24-25; “7 de Setembro”. *O Mequetrefe*, set. 1892; “S. C. da Independencia do Imperio”. *Jornal da Tarde*, 9 set. 1871; “Memorandum: 7 de setembro”. *Corsario*, 3 set. 1882.

¹⁷ “Chronica da semana”. *Mephistopheles*, 11 set. 1875. Para outras referências às ‘calças largas’ de Gamboa, ver “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 11 set. 1887; “Collaboração”. *Corsario*, 7 set. 1881. Outros também se lembraram de que ele foi responsável pela maior parte dos trabalhos da sociedade: DORANTE, “Bric-à-brac” (folhetim). *Diario do Rio de Janeiro*, 8 set. 1878; “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1889.

¹⁸ *Almanak Laemmert* (1873), p.485; “Sociedade Commemorativa da Independencia do Imperio”. *Jornal do Commercio*, 1º out. 1874.

¹⁹ Ver seus requerimentos e sua fé de ofício no Arquivo Histórico do Exército, Requerimentos, A-58-1815.

²⁰ A lista dos nomes dos diretores foi compilada do *Almanak Laemmert* (1872-1877, 1881-1886) e dos anúncios da sociedade.

²¹ SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 7v. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902, v.2, p.60.

²² BARROS, Álvaro Paes de. *O Liceu de Artes e Ofícios e seu fundador: depoimento histórico no primeiro centenário da grande instituição*. Rio de Janeiro: Liceu de Artes e Ofícios, 1956, p.15-17, 34.

²³ MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 2v. 3.ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969, v.2, p.107, 109; SACRAMENTO BLAKE, 1883-1902, v.3, p.3-4; HAHNER, June E. *Poverty and politics: the urban poor in Brazil, 1870-1920*. Albuquerque (NM): University of New Mexico Press, 1986, p.97; BARROS, 1956, p.111-112.

²⁴ “7 de setembro”. *O Corsario*, 5 set. 1882. No número seguinte, ele também fustigou Possidônio como um fingido artista, “O dia 7”. *O Corsario*, 11 set. 1882.

²⁵ Américo Rodrigues Gamboa para Alexandre José de Mello Moraes, [Rio de Janeiro], 21 out. 1872; e Mello Moraes para Gamboa, [Rio de Janeiro], 23 out. 1872. In: MELLO MORAES, A[lexandre] J[osé] de. *A Independencia e o Império do Brazil, ou a Independencia comprada por dous milhões de libras esterlinas...* Rio de Janeiro: Typ. do Globo, 1877, p.353-354. Não sei como Gamboa e seus companheiros tiravam essas conclusões da desorganizada *História do Brasil*, que é principalmente uma coletânea de documentos com alguns esparsos comentários do historiador, MELLO MORAES, A[lexandre] J[osé] de. *História do Brasil-Reino e do Brasil-Império*. 2v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982 [1871-1873]. Há algumas censuras a d. Pedro I e a José Bonifácio no segundo volume, p.47, 48, 335-336, 440.

²⁶ MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. *Pequeno panorama, ou, descrição dos principaes edificios da cidade do Rio de Janeiro*. 5v. Rio de Janeiro: Typ. de F. de Paula Brito, 1861-1867, v.5, p.44-45, 49 (citação). As observações sobre o uso da praça para festas cívicas não aparecem no trecho equivalente da segunda edição, MOREIRA DE AZEVEDO, 1861-1867, v.2, p.33-34.

²⁷ Confronto do verbete sobre a sociedade em *Almanak Laemmert* (1876), p.538, com o programa publicado na *Gazeta de Noticias*, 6 set. 1876 (que menciona a nova diretoria).

²⁸ *Revista Illustrada*, 8 set. 1877; “Festejos da Independencia”. *Diario do Rio de Janeiro*, 6 set. 1878; “Festejos”. *Diario do Rio de Janeiro*, 7 set. 1878. A chuva é mencionada por D. FILHO, “A viagem imperial”. *O Besouro*, 14 set. 1878.

²⁹ Para a diretoria da sociedade, ver *Almanak Laemmert* (1877), p.545. Silveira é mencionado com os outros juizes, ibidem, p.144. Para a biografia de Lima, ver SACRAMENTO BLAKE, 1883-1902, v.1, p.14.

³⁰ Primeiro Secretário, Sociedade Independencia, à Câmara, Rio de Janeiro, 29 ago. 1876, AGCRJ, 43-3-68, fol. 16; *Gazeta de Noticias*, 6 set. 1876; “Independência do Imperio”. *Dia-*

rio do Rio de Janeiro, 6 set. 1876; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 6 set. 1876; “Programma Sociedade Independencia”. *Diario de Noticias*, 6 set. 1877.

³¹ “A semana” (folhetim). *Jornal do Commercio*, 17 set. 1876; “Independencia do Imperio”. *Diario do Rio de Janeiro*, 8 set. 1876; [Machado de Assis], “Historia de quinze dias”. *Illustração Brasileira*, 15 set. 1876.

³² CABRAL, Alfredo do Valle. *Guia do viajante ao Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da *Gazeta de Noticias*, 1882, p.363, 366-367.

³³ “Noticiario”. *O Domingo*, 15 set. 1878; L[et], “Microcosmo”. *Jornal do Commercio*, 7 set. 1879. Ver também sua crônica do mesmo título em *Jornal do Commercio*, 12 set. 1880.

³⁴ Alter, “Chronicas fluminenses”. *Revista Illustrada*, 10 set. 1881; “Chronica”. *Gazeta de Noticias*, 11 set. 1881.

³⁵ Charge, *Revista Illustrada*, 15 set. 1883.

³⁶ “Sete de Setembro”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1882; Cont. OSCAR, “Reclamação”. *O Mequetrefe*, 10 set. 1882. Ver também A., Correspondência. *Gazeta Suburbana*, 7 set. 1884.

³⁷ “Folhetim”, “Chronica”. *Gazeta de Noticias*, 17 set. 1882; L[et], “Microcosmo”. *Jornal do Commercio*, 10 set. 1882; KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Trad. Afonso Arinos de Melo Franco. São Paulo: Martins, 1943, p.187; “Chronica da Semana”. *Gazeta de Noticias*, 7 set. 1884.

³⁸ “Dia a dia: notas a lapis”. *Gazeta da Tarde*, 7 set. 1886.

³⁹ MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p.331; SACRAMENTO BLAKE, 1883-1902, v.6, p.321; HAHNER, 1986, p.76.

⁴⁰ “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 9 set. 1888. Para outras referências a Garcia, ver “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1889; VIOLINO, “Reportagem parnasiana”. *Diario de Noticias*, 6 set. 1886. Para sua participação na comemoração da Independência em 1850, ver KRAAY, 2007, p.24-25.

⁴¹ L[et], “Microcosmo”. *Jornal do Commercio*, 7 set. 1879; ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil: its condition and prospects*. 3.ed. New York: D. Appleton., 1891, p.57; KOSERITZ, 1943, p.187. Ver também “Pacotilha”. *Diario Fluminense*, 11 set. 1884.

⁴² Além das menções ao ‘povo’ já citadas, ver *Diario de Noticias*, 9 set. 1870; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1870; *Jornal do Commercio*, 8-9 set. 1872; *A Nação*, 10 set.e 1875; “As duas mentiras (7 de Setembro)”. *O Mequetrefe*, 9 set. 1875; *Gazeta de Noticias*, 9 set. 1877; MARIANI, “Cousas e lousas”. *O Trabalho*, 14 set. 1879; “Sete de Setembro”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1881; “A festa da Independencia”. *Gazeta da Tarde*, 7 set. 1882; “Sete de Setembro”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1883; “Sete de Setembro”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1884.

⁴³ “Em familia”. *Illustração do Brazil*, 15 set. 1877; “A noite de ante-hontem”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1884.

- ⁴⁴ EDMUNDO, Luiz. *De um livro de memórias*. 5v. Rio de Janeiro: s.n., 1958, v.1, p.66; KOSERITZ, 1943, p.187.
- ⁴⁵ KOSERITZ, 1943, p.186, 187; *Distração*, 12 set. 1885.
- ⁴⁶ VALENTE, Marcos. “Historia dos quinze dias”. *A Semana*, 11 set. 1886. Para outras referências a batedores de carteira e a paqueras, ver “A policia”. *Corsario Junior*, 10 set. 1882; “Carta”. *Corsario*, 11 set. 1883; L[aet], “Microcosmo”. *Jornal do Commercio*, 13 set. 1885.
- ⁴⁷ NEC [Carlos de Laet], “Folhetim”. *Diario do Rio de Janeiro*, 9-10 set. 1876; FANTASIO, “Chronica”. *A Cigarra*, 12 set. 1895.
- ⁴⁸ “Chronica da Semana”. *Gazeta de Noticias*, 9 set. 1888; Fantasio, “Chronica”. *A Cigarra*, 12 set. 1895. Sobre prisões de capoeiras na praça, ver “Capoeiras,” 8-9 set. 1884. Os estudiosos da capoeira destacam sua presença nas festas populares e cívicas: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p.79-83.
- ⁴⁹ “O dia 7”. *Revolução*, 12 set. 1882. Ver também “Sete de Setembro”. *Corsario*, 7 set. 1881.
- ⁵⁰ CASTRO, Oscar de. “Viva a Independencia”. *O Pharol*, 7 set. 1885; “Sete de Setembro”. *O Pharol*, 7 set. 1886.
- ⁵¹ TUPY, T. “Sete de Setembro”. *Labaro Academico*, 15 set. 1874. Ver também FERREIRA, Carlos. “Folhetim sem titulo”. *Correio do Brazil*, 9 set. 1872; “As duas mentiras”. *O Mequetrefe*, 9 set. 1875. Sobre o uso de Tiradentes como símbolo republicano, ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.55-73.
- ⁵² FONTINO, Veriano. *Sete de Setembro*. Rio de Janeiro: s.n., 1877, p.4.
- ⁵³ “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 12 set. 1886. Ver também TELHA, José [José Ferreira de Araújo], “Macaquinhos no sotão”. *Gazeta de Noticias*, 7 set. 1886; “Dia a dia: notas a lapis”. *Gazeta da Tarde*, 7 set. 1886.
- ⁵⁴ L[aet], “Microcosmo”. *Jornal do Commercio*, 12 set. 1886.
- ⁵⁵ Além das fontes já citadas, ver BOX. “Cogitemos”. *Distração*, 4 set. 1886; e “Dia a dia: notas a lapis”. *Gazeta da Tarde*, 7 set. 1886. O mesmo tema aparece em “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1889.
- ⁵⁶ “Sete de Setembro”. *Carbonario*, 10 set. 1886.
- ⁵⁷ *RSCII* (1887), p.2-3. O programa foi amplamente divulgado na imprensa. O problema da localização do parque de artilharia é discutido em “Festejos do dia 7 de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 3 set. 1887; e L[aet], “Microcosmo”. *Jornal do Commercio*, 11 set. 1887.
- ⁵⁸ *RSCII* (1888), p.9-11; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 5 set. 1888.
- ⁵⁹ “Notas do dia”. *Diario de Noticias*, 6 set. 1887; “A Semana”. *Jornal do Commercio*, 10 set. 1888.
- ⁶⁰ “Discurso do Dr. Joaquim Abilio Borges, orador official na sessão magna do dia 7”. *RS-CII* (1887), p.6. Sobre Borges, ver SACRAMENTO BLAKE, 1883-1902, v.4, p.73, 514.

⁶¹ “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 9 set. 1888.

⁶² Os nomes dos diretores foram publicados em *RSCII* (1887), p.1-2; (1888), p.5-6.

⁶³ SACRAMENTO BLAKE, 1883-1902, v.6, p.84-85; v.2, p.404; *RSCII* (1887), p.2; SACRAMENTO BLAKE, 1883-1902, v.2, p.222; v.6, p.144.

⁶⁴ *RSCII* (1887), p.1-2; (1888), p.6. Não consegui identificar nenhuma delas.

⁶⁵ “Discurso do Exm. Sr. Visconde de Ouro Preto...”. *RSCII* (1888), p.21-25.

⁶⁶ Despacho no requerimento da Sociedade Commemorativa da Independencia do Império à Câmara, 12 ago. 1887, AGCRJ, 44-4-48, fol. 16v; “Descrição especial dos collegios Abilio e Menezes Vieira”. *RSCII* (1887), p.38-39; “Procissão civica”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1887; L[aet], “Microcosmo”. *Jornal do Commercio*, 11 set. 1887; “Procissão civica”. *Diario de Noticias*, 8 set. 1887; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1887; “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 11 set. 1887.

⁶⁷ “Sete de Setembro”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1888; “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 9 set. 1888; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1888; “Sete de Setembro”. *O Paiz*, 8 set. 1888; “Na rua do Ouvidor”. *Diario de Noticias*, 8 set. 1888; “Sete de Setembro”. *Carbonario*, 10 set. 1888.

⁶⁸ *A festa das creanças: comemoração da Lei 13 de Maio que aboliu a escravidão no Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p.172-174 (o número de escolas) e p.165 (a transcrição do *Diario de Noticias*, 10 jul. 1888). A estatística sobre alunos matriculados é do MINISTRO DO IMPÉRIO, *Relatório* (1888), p.19. Para fotografias desse desfile, ver LAGO, Pedro Corrêa do; LAGO, Bia Corrêa do. *Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p.294-295, 306-307.

⁶⁹ PARADA, Mauricio Barreto Alvarez. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

⁷⁰ *RSCII* (1888), p.29.

⁷¹ *RSCII* (1887), p.35-37; (1888), p.39-48.

⁷² “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1888; “Festas da Independencia”. *O Paiz*, 8 set. 1887.

⁷³ “Como se executou o programma da festa”. *RSCII* (1887), p.4.

⁷⁴ “Sete de Setembro”. *Gazeta da Noticias*, 8 set. 1887.

⁷⁵ “Como se executou o programma da festa”. *RSCII* (1887), p.3. Ver também “Sete de Setembro”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1887; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1887.

⁷⁶ “Como de executou o programma da festa”. *RSCII* (1888), p.12; “Sete de Setembro”. *Diario de Noticias*, 8 set. 1888; “De palanque”. *Diario de Noticias*, 8 set. 1888; “A semana”. *Jornal do Commercio*, 10 set. 1888; “Sete de Setembro”. *O Paiz*, 8 set. 1888.

⁷⁷ POMPEIA, Raul. *Crônicas do Rio*. Organização de Virgílio Moretzsohn Moreira. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1996, p.39; LUCANO. “Chronica sema-

nal”. *Diario de Noticias*, 10 set. 1888. Sobre Sete de Setembro de 1848, ver KRAAY, 2007, p.14-15.

⁷⁸ Para descrições dessas iluminações, ver “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1888; “Sete de Setembro”. *Diario de Noticias*, 8 set. 1888.

⁷⁹ “De palanque”. *Diario de Noticias*, 8 set. 1888. Ver também “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 9 set. 1888.

⁸⁰ “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1889; “A semana”. *Jornal do Commercio*, 9 set. 1889; “A festa nacional”. *Diario do Commercio*, 8 set. 1889; “Sete de Setembro”. *O Paiz*, 8 set. 1889; “Chronica da semana”. *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1889.

⁸¹ “O dia de ontem”. *Diario de Noticias*, 8 set. 1889; “A semana passada”. *Diario de Noticias*, 9 set. 1889; “As festas de ante-hontem”. *Novidades*, 9 set. 1889. Ver também: FLAMINHO. “Chronica”. *Archivo Contemporaneo Illustrado*, 16 set. 1889; e GIL. “Linhas por baixo”. *Novidades*, 6-7 set. 1889.

⁸² “Sete de Setembro”. *O Paiz*, 8 set. 1889; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1889; “7 de Setembro: discurso pronunciado na Câmara Municipal da Corte pelo orador official...”. *Tribuna Liberal*, 8 set. 1889.

⁸³ “Sete de Setembro”. *Novidades*, 7 set. 1889; *O Meio*, 7 e 14 set. 1889.

⁸⁴ BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor: D. Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891*. Stanford: Stanford University Press, 1999, p.344, 347-348, 366; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.433.

⁸⁵ “Batalhão escolar”. *Gazeta da Tarde*, 7 set. 1889; “Sete de Setembro”. *O Paiz*, 8 set. 1889; “Sete de Setembro”. *Jornal do Commercio*, 8 set. 1889.

⁸⁶ A *Tribuna*, 15 nov. 1890, cit. por SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*, v.7, n.14, p.171, 1994.

⁸⁷ CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecossistema: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.154-155, 159-160.

⁸⁸ SOARES, *Negregada instituição*, p.324-339; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro livre no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987; MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Edusp, 1994.

⁸⁹ JESUS, Ronaldo Pereira de. *Visões da monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.36-39.

⁹⁰ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, p.334, 385; SCHWARCZ, 1999, p.519-525.

Artigo recebido em março de 2011. Aprovado em maio de 2011.